



**CADERNO DE QUESTÕES
XXXIV**

1º Simulado - 1ª Fase OAB de Bolso



www.oabdebolso.com

QUESTÃO 1

João e Paulo, ambos advogados, atuaram conjuntamente patrocinando uma demanda trabalhista em favor de certo trabalhador empregado. Tiveram bastante sucesso no exercício dessa função, tendo se valido de teses jurídicas notórias. Em razão disso, após o fim desse processo, duas pessoas jurídicas contrataram, respectivamente, João e Paulo, como integrantes de seus departamentos jurídicos, em relação empregatícia. A sociedade que empregou João determinou que ele atue de forma consultiva, emitindo parecer sobre a mesma questão jurídica tratada naquele primeiro processo, embora adotando orientação diversa, desta feita favorável aos empregadores. A pessoa jurídica que emprega Paulo pretende que ele realize sua defesa, em juízo, em processos nos quais ela é ré, sobre a mesma questão, também sustentando o posicionamento favorável aos empregadores. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a)** João e Paulo podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- b)** Apenas João pode, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- c)** Apenas Paulo pode, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.
- d)** As recusas quanto à atuação consultiva e ao patrocínio das demandas judiciais, por João e Paulo, respectivamente, implicam violações aos seus deveres profissionais.

QUESTÃO 2

O Dr. Godoy, advogado, é procurado por um cliente para patrociná-lo em duas demandas em curso, nas quais o aludido cliente figura como autor. Ao verificar o andamento processual dos feitos, Godoy observa que o primeiro processo tramita perante a juíza Dra. Roberta, sua tia. Já o segundo processo tramita perante o juiz Dr. Matheus, que, coincidentemente, é o locador do imóvel onde o Dr. Godoy reside. Considerando o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a)** O Dr. Godoy cometerá infração ética se atuar em qualquer dos processos, tendo em vista o grau de parentesco com a primeira magistrada e a existência de relação negocial com o segundo juiz.
- b)** O Dr. Godoy cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante a juíza Dra. Roberta, tendo em vista o grau de parentesco com a magistrada. Quanto ao segundo processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.
- c)** O Dr. Godoy cometerá infração ética apenas se atuar no processo que tramita perante o juiz Dr. Matheus, tendo em vista a existência de relação negocial com o magistrado. Quanto ao primeiro processo, não há vedação ética ao patrocínio na demanda.
- d)** O Dr. Godoy não cometerá infração ética se atuar em ambos os feitos, pois as hipóteses de suspeição e impedimento dos juízes versam sobre seu relacionamento com as partes, e não com os advogados.

QUESTÃO 3

Bruno, Ricardo, Rafael e Paolo são sócios em um escritório de advocacia e desejam modernizar a publicidade do escritório. Bruno realizou a aquisição de palavras-chaves por meio do Google Ads, estando as palavras em consonância com os ditames éticos. Ricardo decidiu implementar um chatbot no site do escritório, com a finalidade de facilitar a comunicação e melhorar a prestação dos serviços jurídicos. Rafael criou um grupo no Whatsapp para divulgação, formado por pessoas determinadas, com relações com o escritório de advocacia e o conteúdo do grupo respeita as normas do Código de Ética e Disciplina. Paolo investiu na realização de lives nas redes sociais e vídeos no Youtube, com conteúdo respeitando as normas do Código de Ética e Disciplina e no patrocínio e impulsionamento de posts nas redes sociais, que não se tratavam de publicidade contendo oferta de serviços jurídicos. De acordo com as condutas dos advogados em relação à Publicidade na Advocacia, assinale a afirmativa correta.

- a)** Bruno e Ricardo violaram a Publicidade da Advocacia
- b)** Rafael e Paolo violaram a Publicidade da Advocacia
- c)** Todos respeitaram a Publicidade da Advocacia
- d)** Nenhum dos advogados respeitou a Publicidade da Advocacia

QUESTÃO 4

O advogado Frederico celebrou contrato de honorários com seu cliente, para atuar em Reclamação Trabalhista. No contrato restou estabelecido que, em caso de êxito, ele receberia, a título de honorários contratuais, o valor de 60% do que fosse recebido pelo cliente, que havia sido dispensado pelo empregador e encontra-se em situação econômica desfavorável. A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a)** Frederico não cometeu infração disciplinar, uma vez que tendo celebrado contrato de honorários, ele pode cobrar de seu cliente o valor que entender compatível com o trabalho desenvolvido.
- b)** Frederico não cometeu infração disciplinar, pois causas trabalhistas são muito complexas, justificando-se, assim, a cobrança de honorários elevados.
- c)** Frederico violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, segundo o qual os honorários profissionais devem ser fixados com moderação.
- d)** Frederico violou dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, que veda a cobrança de honorários profissionais com base em percentual do valor a ser recebido pela parte.

QUESTÃO 5

A Sociedade de Advogados Z pretende associar-se aos advogados José Guilherme e Lavínia Manoela, que não a integrariam como sócios, mas teriam participação nos honorários a serem recebidos. Sobre a pretensão da Sociedade de Advogados Z, de acordo com o disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a)** É autorizada, contudo deve haver formalização em contrato averbado no registro da Sociedade de Advogados. A associação pretendida deverá implicar necessariamente vínculo empregatício.
- b)** É autorizada, contudo deve haver formalização em contrato averbado no registro da Sociedade de Advogados. A associação pretendida não implicará vínculo empregatício.
- c)** É autorizada, independentemente de averbação no registro da Sociedade. A associação pretendida não implicará vínculo empregatício.
- d)** Não é autorizada, pois os advogados José Guilherme e Lavínia Manoela passariam a integrar a Sociedade Z como sócios, mediante alteração no registro da sociedade.

QUESTÃO 6

Ludovica teve processo disciplinar recém instaurado contra si pelo Conselho Seccional da OAB, no qual está inscrita. No dia seguinte à sua notificação por meio de edital, encontra-se no fórum com Hellen, sua ex-colega de faculdade, que veio comentar com Ludovica sobre o conteúdo do referido processo. De acordo com o Estatuto da OAB, Hellen poderia conhecer o conteúdo do processo disciplinar instaurado, em face de Ludovica,

- a)** por qualquer meio, dada a natureza pública de sua tramitação.
- b)** se fosse parte, defensora de parte ou autoridade judiciária competente, dada a natureza sigilosa de sua tramitação.
- c)** caso tivesse tido acesso à notificação inicial, feita por meio de edital, dada a natureza pública de sua tramitação.
- d)** em nenhuma hipótese, dada a natureza sigilosa de sua tramitação.

QUESTÃO 7

Breno é eleito Senador da República e escolhido para compor a mesa do referido órgão legislativo. Como advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB, pretende atuar em causa própria e realiza consulta nesse sentido à OAB. Quanto ao tema em foco, de acordo com as regras estatutárias, é correto afirmar que a atuação de Breno.

- a) é possível, pois a função exercida caracteriza mero impedimento.
- b) não é possível, sendo o caso de incompatibilidade mesmo em causa própria.
- c) em causa própria constitui uma exceção aplicável ao caso.
- d) poderá ocorrer, nessa situação, mediante autorização especial.

QUESTÃO 8

Perdigor é advogado, especializado em causas cíveis, exercendo a profissão por longos anos, tendo sobressaído na defesa dos seus clientes e percebendo, como remuneração, os seus honorários. Sendo figura conhecida no município, onde exerce a profissão e possui domicílio, é convidado a ministrar palestra em estabelecimentos de ensino, divulgando a atuação do advogado e sua posição na sociedade. Um dos aspectos abordados está relacionado à atividade do advogado como indispensável à administração da justiça. Nesses limites, consoante as normas estatutárias, é correto afirmar que:

- a) o advogado exerce função pública.
- b) exerce ministério privado, exercendo função social.
- c) atua na defesa de interesses patrimoniais privados, com função pública.
- d) no seu ministério privado, deixa de exercer função social.

QUESTÃO 9

A ideia da existência das lacunas no Direito é um desafio ao conceito de completude do ordenamento jurídico. De acordo com os ensinamentos do jusfilósofo italiano Norberto Bobbio, em sua obra “Teoria do Ordenamento Jurídico”, pode-se completar ou integrar as lacunas existentes no Direito por intermédio de dois métodos, a saber: heterointegração e autointegração. Diante do exposto, assinale a alternativa que expresse corretamente quais as técnicas de integração utilizadas para resolver problemas das lacunas no direito?

- a) analogia, determinação conceitual e princípios gerais do direito.
- b) efetividade, costumes e princípios gerais do direito.
- c) analogia, costumes e princípios gerais do direito.
- d) analogia, efetividade e determinação conceitual.

QUESTÃO 10

Tércio Sampaio Ferraz Júnior leciona, em sua obra Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão e Dominação, que o “direito e moral distinguem-se no sistema kantiano como duas partes de um mesmo todo unitário, a saber, duas partes que se relacionam à exterioridade e à interioridade, uma vez relacionadas à liberdade interior e à liberdade exterior”. Sobre ética e moral, é correto afirmar que, EXCETO:

- a) Moral é o conjunto de normas livres e conscientemente adotadas que visam organizar as relações das pessoas na sociedade, tendo em vista o certo e o errado.
- b) Ética é a parte da filosofia que se preocupa com a reflexão a respeito das noções e princípios que fundamentam a vida moral.
- c) A ética tem a ver com os princípios mais abrangentes e universais, enquanto a moral se refere à conduta humana.
- d) Ética vem do latim ethos, que significa morada, lugar certo.

QUESTÃO 11

Em uma ação de anulação de contrato ajuizada por Josualdo, foi requerido como pedido principal a ruptura do vínculo contratual mantido com Maria e, em preliminar, a inconstitucionalidade de uma lei municipal que fundamenta o mencionado contrato. A questão da inconstitucionalidade precisa ser analisada para que seja possível a análise do pedido principal. Nesse caso, o juiz de primeiro grau, em relação ao controle de constitucionalidade:

- a)** poderá exercer o controle concentrado, porém os efeitos da decisão estarão restritos ao caso concreto.
- b)** poderá exercer o controle concentrado e, como efeito da decisão de declaração de inconstitucionalidade, a norma será retirada do ordenamento jurídico.
- c)** poderá exercer apenas a modalidade de controle difuso e os efeitos da decisão estarão limitados às partes envolvidas no caso concreto.
- d)** poderá exercer apenas a modalidade de controle difuso e os efeitos da decisão serão erga omnes.

QUESTÃO 12

A população do Estado X, insatisfeita com os rumos da política nacional e os sucessivos escândalos de corrupção que assolam todas as esferas do governo, inicia uma intensa campanha pleiteando sua separação do restante da Federação brasileira. Um plebiscito é então organizado e 92% dos votantes opinaram favoravelmente à independência do Estado. Sobre a hipótese, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a)** Diante do expressivo quórum favorável à separação do Estado X, a Assembleia Legislativa do referido ente deverá encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que, se aprovada, viabilizará a secessão do Estado X.
- b)** Para o exercício do direito de secessão, exige-se lei estadual do ente separatista, dentro do período determinado por Lei Complementar federal, dependendo ainda de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos demais Estados, após divulgação dos estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.
- c)** Diante da autonomia dos entes federados, admite-se a dissolução do vínculo existente entre eles, de modo que o Estado X poderia formar um novo país, mas, além da aprovação da população local por meio de plebiscito ou referendo, seria necessária a edição de Lei Complementar federal autorizando a separação.
- d)** A forma federativa de Estado é uma das cláusulas pétreas que norteiam a ordem constitucional brasileira, o que conduz à conclusão de que se revela inviável o exercício do direito de secessão por parte de qualquer dos entes federados, o que pode motivar a intervenção federal.

QUESTÃO 13

A parte da população do Estado V situada ao sul do seu território, insatisfeita com a pouca atenção que vem recebendo dos últimos governos, organiza-se e dá início a uma campanha para promover a criação de um novo Estado-membro da República Federativa do Brasil – o Estado N, que passaria a ocupar o território situado na parte sul do Estado V. O tema desperta muita discussão em todo o Estado, sendo que alguns argumentos favoráveis e outros contrários ao desmembramento começam a ganhar publicidade na mídia. Reconhecido constitucionalista analisa os argumentos listados a seguir e afirma que apenas um deles pode ser referendado pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro. Assinale-o.

- a)** O desmembramento não poderia ocorrer, pois uma das características fundamentais do Estado Federal é a impossibilidade de ocorrência do chamado direito de secessão.
- b)** O desmembramento poderá ocorrer, contanto que haja aprovação, por via plebiscitária, exclusivamente por parte da população que atualmente habita o território que formaria o Estado N.
- c)** Além de aprovação pela população interessada, o desmembramento também pressupõe a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional com esse objeto.
- d)** Além de manifestação da população interessada, o sistema constitucional brasileiro exige que o desmembramento dos Estados seja precedido de divulgação de estudos de viabilidade.

QUESTÃO 14

Zeinara matriculou seus dois filhos em uma escola pública municipal, mas foi surpreendida ao tomar conhecimento de que ambos estão tendo aulas regulares, como disciplina obrigatória, de uma específica religião de orientação cristã. Indignada, ela procura você para, como advogado(a), orientá-la sobre a regularidade de tal situação.

Sobre tal prática, com base no que dispõe o sistema jurídico constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a)** É constitucional, pois a força normativa do preâmbulo constitucional auxilia uma interpretação que autoriza o ensino de religião, contanto que com viés cristão.
- b)** É inconstitucional, pois a laicidade estatal deve garantir que nenhuma religião possa ser preferida a outra no âmbito do espaço público-estatal, sendo o ensino religioso facultativo.
- c)** É constitucional, posto que o ensino religioso deve ser ministrado, segundo a Constituição de 1988, como disciplina obrigatória nas escolas públicas de ensino fundamental.
- d)** É inconstitucional, pois a laicidade estabelecida pela Constituição de 1988 pressupõe a vedação a qualquer espécie de orientação de ordem religiosa em instituições públicas.

QUESTÃO 15

Foi solicitado pelo Presidente da República, que o Congresso Nacional editasse uma decreto legislativo, delegando ao mesmo competência para editar lei orçamentária anual, observando os balizamentos estabelecidos pela lei de diretrizes orçamentárias. Conforme tais balizamentos que devem ser observados no processo legislativo, indique a alternativa correta:

- a)** A referida narrativa apresenta apenas uma irregularidade, visto que, apesar da delegação ser possível, não poderá ter por objeto o orçamento.
- b)** A referida narrativa apresenta irregularidades, visto que, apesar da delegação de competência ser possível, deverá ser feita através de resolução, não podendo ter por objeto o orçamento.
- c)** A referida narrativa não apresenta irregularidade de nenhum tipo, pois o Congresso Nacional pode delegar sua competência legislativa, exceto aquelas reservadas à lei complementar.
- d)** A referida narrativa apresenta apenas uma irregularidade, visto que apesar da delegação ser possível, ela não pode ser feita através de decreto legislativo.

QUESTÃO 16

A Mesa da Câmara dos Deputados encaminhou ao Ministro de Estado da Saúde pedido escrito de informações acerca da sua participação na formulação da política pública e na execução das ações de saneamento básico no território nacional. Passados trinta dias do recebimento do documento, não há qualquer resposta por parte do ministério, sendo que o ministro da referida pasta entende que as questões suscitadas não demandam resposta ministerial, por não possuírem caráter técnico, mas apenas político. Indignado, o Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados submete a questão à apreciação de sua assessoria jurídica. Sobre o caso narrado, assinale a opção que apresenta, de acordo com o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a resposta correta.

- a)** O Ministro de Estado da Saúde, em exercício no âmbito do Poder Executivo, somente está obrigado a responder aos pedidos oriundos do Presidente da República, a quem hierarquicamente se submete.
- b)** Em razão do princípio da independência entre os poderes da República, a ausência da resposta por parte do Poder Executivo não poderá acarretar sanções jurídicas, embora possa gerar uma crise entre os poderes.
- c)** A ausência de resposta poderá fazer com que o Ministro responsável pela pasta venha a responder por crime, perante o Superior Tribunal de Justiça, caso seja denunciado pelo Ministério Público.
- d)** O Ministro de Estado da Saúde poderá vir a responder por crime de responsabilidade, não lhe sendo assegurada discricionariedade para deixar de responder ao pedido de informações formulado pela Mesa da Câmara dos Deputados.

QUESTÃO 17

Gabriel, jovem de 25 anos, é Vereador pelo Município M, do Estado E. Portanto, com domicílio eleitoral nesse Estado. Suas perspectivas políticas se alteram quando, ao liderar um grande movimento de combate à corrupção, o seu nome ganha notoriedade em âmbito nacional. A partir de então, passa a receber inúmeras propostas para concorrer a diversos cargos eletivos, advindas, inclusive, de outros Estados da Federação, a exemplo do Estado X. Nessas condições, seduzido pelas propostas, analisa algumas possibilidades. De acordo com a Constituição Federal, assinale a opção que indica o cargo eletivo ao qual Gabriel pode concorrer considerada a situação narrada.

- a)** Deputado Estadual pelo Estado X.
- b)** Deputado Federal pelo Estado E.
- c)** Senador da República pelo Estado E.
- d)** Governador pelo Estado E.

QUESTÃO 18

Os direitos humanos são dotados de características próprias, capazes de distingui-los de outros tipos de direitos, especialmente os da ordem doméstica. Assim, é possível apresentar, dentre outras, as características dos direitos humanos como sendo as seguintes:

- a)** universalidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, essencialidade e inexauribilidade.
- b)** universalidade, prescritibilidade, irrenunciabilidade, vedação ao retrocesso, aplicabilidade imediata.
- c)** universalidade, historicidade, renunciabilidade, aplicabilidade imediata e caráter declaratório.
- d)** universalidade, vedação ao retrocesso, historicidade, disponibilidade individual e imprescritibilidade.

QUESTÃO 19

O professor Willams, que leciona a disciplina de História em uma escola pública de ensino médio, ministrou em suas aulas conteúdos relacionados à história e cultura da África. Os pais dos alunos, ao tomarem conhecimento de tal feito, procuraram a direção da escola informando que o professor, ao abordar o tema sobre religiões africanas em sala de aula, estaria indo de encontro à educação formal dos alunos. Desta feita, a direção da escola decidiu por impedir temporariamente que o professor continuasse ministrando o referido tema em suas aulas. Quanto aos fatos descritos, e considerando as disposições legais sobre o tema, é correto afirmar que:

- a)** agiu corretamente a direção da escola, tendo em vista que o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras não pode ter natureza confessional, ou seja, vinculado a religiões específicas.
- b)** não agiu corretamente a direção da escola, uma vez que o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil são obrigatórios nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privados.
- c)** agiu corretamente a direção da escola, pois, embora o professor, por força da lei, deva ministrar conteúdos sobre história e cultura da África, o ordenamento jurídico veda que ele trate de temas de cunho religioso, porque isso fere o princípio da laicidade do Estado.
- d)** não agiu corretamente a direção da escola, porque os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, ainda que isso implique na vedação do ensino religioso propriamente dito ou da abordagem de temas religiosos ao longo da disciplina, considerando a laicidade do Estado.

QUESTÃO 20

Bomani e Adeben são empresários angolanos, sócios de uma empresa constituída na Alemanha. Bomani também é proprietário de uma outra empresa, esta constituída em território brasileiro. A empresa brasileira e a alemã firmaram um contrato entre si, o qual foi assinado na cidade de Nova York para execução de uma obra situada nesta mesma localidade. Assim, considerando os fatos descritos, suponha que a justiça brasileira seja a competente para apreciar eventual questão decorrente do referido contrato. Suponha, ainda, que no contrato não há cláusula de eleição da lei aplicável. Nesse caso, tendo por base as regras previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), é correto afirmar que o juiz aplicará a legislação:

- a)** angolana.
- b)** alemã.
- c)** brasileira.
- d)** americana.

QUESTÃO 21

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, foi promulgada pelo Brasil apenas em 2009, através do Decreto Executivo nº 7.030. A ratificação desse principal instrumento internacional acerca da elaboração e aplicação dos tratados internacionais foi concluída pelo Estado brasileiro:

- a)** sem reserva.
- b)** com reserva relacionada ao inadimplemento de tratados por questões referentes ao direito interno.
- c)** com reserva.
- d)** sem reserva, não obstante que o tratado dos tratados preveja a apresentação de reservas.

QUESTÃO 22

Carlos, devedor de determinado imposto, foi notificado sobre o débito existente, como também sobre o prazo de 40 dias para pagá-lo. No 25º dia, Carlos, que ainda não havia efetuado o pagamento do imposto, tendo em vista ainda não ter se esgotado o prazo para tal, precisou emitir uma certidão de quitação de débito referente àquele imposto. Nessa situação, de acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que:

- a)** a certidão a ser emitida deverá ser uma certidão positiva com efeito de negativa.
- b)** a certidão a ser emitida deverá ser uma certidão negativa com efeito de positiva.
- c)** a certidão a ser emitida deverá ser uma certidão positiva.
- d)** a certidão a ser emitida deverá ser uma certidão negativa.

QUESTÃO 23

Em caso de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal, autoriza o Código Tributário Nacional que a importância do crédito tributário possa ser objeto de:

- a)** ação declaratória de inexigibilidade.
- b)** ação declaratória de inconsistência tributária.
- c)** ação anulatória com pedido de tutela de urgência.
- d)** ação consignatória.

QUESTÃO 24

Em matéria de repartição de competência tributária, é possível afirmar que a instituição de contribuição de melhoria é competência tributária:

- a)** comum.
- b)** exclusiva.
- c)** privativa.
- d)** cumulativa.

QUESTÃO 25

Relativamente ao lançamento do crédito tributário, o Código Tributário Nacional determina que este é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos, exceto quando:

- a)** o decreto assim o determine.
- b)** quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
- c)** quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória.
- d)** quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior.

QUESTÃO 26

Joana, que reside em Recife/PE, comprou um notebook para o seu uso pessoal. A aquisição do produto foi realizada por meio de site eletrônico pertencente a uma sociedade empresária, cuja sede encontra-se localizada em Rio Branco/AC. Relativamente ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) devido nesta operação, é correto afirmar que:

- a)** adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado do Acre o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado de Pernambuco e a alíquota interestadual.
- b)** adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de Pernambuco o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado do Acre e a alíquota interestadual.
- c)** adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado do Acre o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado do Acre e a alíquota interestadual.
- d)** adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de Pernambuco o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado de Pernambuco e a alíquota interestadual.

QUESTÃO 27

Em razão do atual cenário crítico de saúde pública global, o Presidente da República criou a Secretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19. A nova secretaria ficará vinculada ao Ministério da Saúde e vai exercer a função de representante da pasta na coordenação das medidas a serem executadas durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da pandemia de covid-19. (Informação obtida no site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-05/governo-cria-secretaria-extraordinaria-de-enfrentamento-covid-19>) Diante desse cenário, é correto afirmar que a criação dessa nova secretaria caracteriza o uso da técnica de:

- a) concentração da atividade administrativa.
- b) desconcentração da atividade administrativa.
- c) centralização da atividade administrativa
- d) descentralização da atividade administrativa.

QUESTÃO 28

O prefeito do Município "Y" objetiva a criação de uma entidade para explorar atividade econômica em sentido estrito. A referida entidade terá capital majoritário do poder público e desempenhará as suas atividades em regime de competição com outras estruturas empresariais de mesmo seguimento. Com base nas informações apresentadas, é possível concluir que o chefe do poder executivo municipal se refere a uma:

- a) empresa pública, a qual será criada a partir de autorização legal.
- b) sociedade de economia mista, a qual será criada a partir de autorização legal.
- c) empresa pública, a qual será criada por lei.
- d) sociedade de economia mista, a qual será criada por lei.

QUESTÃO 29

A teoria do órgão, segundo os ensinamentos do doutrinador e professor Matheus Carvalho, consiste na compreensão de que "a manifestação de vontade da pessoa jurídica se dá por meio da atuação da pessoa física e essas vontades se confundem, ou seja, a vontade do Estado se exterioriza pela manifestação de seu agente. Desse modo, toda atuação do agente público deverá ser imputada, direcionada ao órgão do qual ele faz parte e representa por meio de suas condutas". Desta forma, pode-se dizer que a característica fundamental da teoria do órgão:

- a) consiste no princípio da legalidade.
- b) consiste no princípio da imputação volitiva.
- c) consiste no princípio da subjetividade.
- d) consiste no princípio da representatividade.

QUESTÃO 30

A Administração Pública realizou processo licitatório com base nas normas contidas na Lei nº 12.462/11, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, para a realização de obras e serviços de engenharia necessários à construção de unidades de atendimento socioeducativo. O regime de execução indireta escolhido pela Administração Pública foi aquele pelo qual se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total. Desta forma, é possível concluir que o regime de execução indireta escolhido pela Administração e descrito na hipótese é a:

- a) empreitada por preço unitário.
- b) empreitada por preço global.
- c) contratação por tarefa.
- d) contratação integrada.

QUESTÃO 31

Três Municípios participam de um consórcio público com outras entidades para a realização de objetivos de interesse comum. Acontece que, agora, dois desses Municípios desejam se retirar do consórcio. Nesta hipótese, a retirada dos Municípios do consórcio público dependerá:

- a) de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada por lei.
- b) de manifestação da maioria absoluta da diretoria executiva, na forma previamente disciplinada por lei.
- c) de ato de seu representante na auditoria fiscal, mediante autorização das casas legislativas dos entes vinculados ao consórcio público.
- d) de decisão do juízo competente na esfera federativa relativa ao ente da Federação em questão.

QUESTÃO 32

Após regular processo licitatório, determinado órgão público pretende celebrar com a sociedade empresária vencedora dois contratos administrativos. O primeiro, terá por objeto operação de crédito externo; já o segundo, a gestão de dívida pública. Com base na hipótese narrada, e considerando a norma prevista na Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos (nova lei de licitações e contratos), é correto afirmar que:

a) apenas o primeiro contrato não será considerado válido, tendo em vista que não se subordinam ao regime desta lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito externo. O segundo, por sua vez, será considerado válido, eis que estão dentro do alcance desta lei os contratos que tenham por objeto a gestão de dívida pública.

b) ambos os contratos serão considerados válidos, eis que estão dentro do alcance desta lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito externo e a gestão de dívida pública.

c) apenas o primeiro contrato será considerado válido, eis que estão dentro do alcance desta lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito externo. O segundo, por sua vez, não será considerado válido, tendo em vista que não se subordinam ao regime desta lei os contratos que tenham por objeto a gestão de dívida pública.

d) ambos os contratos não serão considerados válidos, tendo em vista que não se subordinam ao regime desta lei os contratos que tenham por objeto operação de crédito externo e gestão de dívida pública.

QUESTÃO 33

Samuel obteve licenciamento ambiental para construção de uma propriedade particular em área de veraneio. A construção, no entanto, foi edificada em Área de Preservação Permanente (APP). Oito anos depois, ao constatar que a construção resultou em graves danos ambientais, havendo, inclusive, a redução considerável da vegetação local, fora ajuizada ação civil pública em desfavor de Samuel, requerendo a demolição da construção ilegal, bem como a recomposição da vegetação. Em sua defesa, Samuel argumentou que tinha obtido autorização dos órgãos ambientais competentes para realizar a construção e que há algum tempo a fiscalização ambiental esteve em sua propriedade e não registrou qualquer irregularidade que pudesse ensejar em uma possível lavratura de auto de infração. Por fim, alegou que, por ter o poder público se mantido inerte por todo esse tempo, deve-se aplicar ao caso a teoria do fato consumado, tendo em vista que a construção já ocorreu há quase 10 anos. Considerando a situação descrita, bem como o entendimento jurisprudencial do STJ, assinale a alternativa correta.

a) Os argumentos da defesa merecem prosperar, aplicando-se a hipótese a estabilização dos efeitos do ato administrativo omissivo, diante do transcurso temporal e da inércia do poder público que tolerou a construção em Área de Preservação Permanente (APP).

b) Os argumentos da defesa não merecem prosperar, pois, em razão do não preenchimento do requisito temporal, ou seja, ainda não tendo se passado quinze anos da conduta que deu causa aos danos ambientais, não se aplica hipótese a teoria do fato consumado.

c) Os argumentos da defesa merecem prosperar, uma vez que, diante do transcurso temporal, ainda que não tenha ocorrido a prescrição, já houve consolidação da situação fática no tempo pelo fato de o poder público ter tolerado a construção em Área de Preservação Permanente (APP).

d) Os argumentos da defesa não merecem prosperar, pois não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental. Além disso, o fato de a construção irregular ter sido feita com a obtenção de licenciamento ambiental dos órgãos competentes, não afasta, por si só, a responsabilidade pela reparação do dano causado ao meio ambiente, sobretudo quando reconhecida a ilegalidade do aludido ato administrativo.

QUESTÃO 34

As empresas Beta e Gama desejam realizar atividades a serem desenvolvidas em terras indígenas que estão localizadas nos Municípios "X" e "Y" pertencentes ao Estado "W". Nessa situação, a ação administrativa para promover o licenciamento ambiental, conforme prevê a Lei Complementar nº 140/2011, será:

- a) da União Federal.
- b) do Estado "W".
- c) dos dois Municípios.
- d) de um dos Municípios, sendo aquele no qual haja um Órgão Licenciador instituído.

QUESTÃO 35

Tiago e Camila viviam em união estável, pelo regime de separação obrigatória de bens. No final de 2020, ele faleceu sem deixar testamento, nem descendentes. Tiago deixou, porém, o pai, 2 avós paternos e 2 avós maternos vivos, já a mãe era pré-morta. Diante do caso hipotético apresentado, marque a alternativa correta no que tange a partilha da herança e o entendimento do STF.

- a) A viúva Camila nada receberá, em razão do regime da separação obrigatória de bens, e a herança será inteiramente recolhida pelo pai do falecido.
- b) A viúva Camila receberá 1/3 parte; o pai do falecido, 1/3 parte e cada um dos avós maternos do falecido, 1/6 parte da herança.
- c) A viúva Camila receberá metade da herança e o pai do falecido, a outra metade.
- d) A viúva Camila receberá 1/3 parte da herança e 2/3 caberão ao pai do falecido.

QUESTÃO 36

Talita celebrou um contrato com Ronaldo no qual assumiu obrigação de entregar, no prazo de um mês, dez vasos esculpidos à mão. No referido contrato foi estipulada cláusula penal para o caso de inadimplemento. Diante do exposto, assinale a alternativa correta sobre cláusula penal.

- a) Para exigir a cláusula penal, não é necessário ao credor alegar prejuízo, mas, se este exceder o valor da multa, não poderá ser cobrada indenização suplementar, ainda que as partes tenham convencionado tal possibilidade e se prove dano de maior valor.
- b) A cláusula penal deve ser reduzida de ofício pelo juiz de modo equitativo, caso verifique o parcial cumprimento da prestação ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo em vista a natureza e a finalidade do negócio.
- c) Quando se estipular cláusula penal para o total inadimplemento da obrigação, esta se converte em alternativa para o credor, que poderá escolher entre pedir a multa ou as perdas e danos sofridas em razão do inadimplemento.
- d) A cláusula penal deve ser convencionada simultaneamente com a obrigação, não se admitindo a convenção em ato posterior.

QUESTÃO 37

Mandato ocorre quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. A respeito do contrato de mandato, assinale a alternativa incorreta.

- a) A revogação provoca a extinção do mandato e deve ser notificada ao mandatário, mas não pode ser oposta a terceiros que, ignorando-a e de boa-fé, com ele contrataram.
- b) Quando o contrato de mandato contiver cláusula de irrevogabilidade não pode ser revogado pelo mandante, ainda que este responda por perdas e danos.
- c) O mandato para venda exige poderes expressos (menção ao tipo negocial) e especiais (menção ao bem a ser alienado).
- d) O mandato pode ser outorgado por instrumento público ou particular. Em ambos os casos, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.

QUESTÃO 38

Isabel e Anderson se casaram em 2011 e adotaram o regime legal de bens. No ano de 2014, Anderson ganhou na mega-sena e com o dinheiro, comprou uma mansão no Paiva. Em 2020, em razão da morte de seu tio por complicações da Covid-19, Anderson herdou uma casa de praia, localizada em Porto de Galinhas. Em 2021, Isabel e Anderson se divorciaram. Diante do caso hipotético apresentado e levando em consideração o regime de bens do casamento, assinale a afirmativa correta.

- a)** Apenas a casa de praia localizada em Porto de Galinhas deve ser partilhada, sendo a mansão do Paiva excluída da comunhão, por ter sido adquirida com o produto de bem advindo de fato eventual.
- b)** Os imóveis situados em Porto de Galinhas e no Paiva são bens comuns e, por isso, deverão ser partilhados em virtude da separação do casal.
- c)** Apenas a mansão situada no Paiva deve ser partilhada, sendo a casa de praia localizada em Porto de Galinhas bem particular de Anderson.
- d)** Nenhum dos dois imóveis deverá ser partilhado, tendo em vista que ambos são bens particulares de Anderson.

QUESTÃO 39

Isabelly e Klaus se casaram no ano 2000 e optaram pelo regime da comunhão universal de bens. Em 2020, em razão de discordância sobre a organização financeira familiar, Isabelly decide alterar o regime de bens do casamento. Essa alteração não prejudica direitos de terceiros. Diante do caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a)** A alteração pretendida poderá ser realizada no cartório de registro civil de pessoas naturais, mediante averbação na certidão de casamento, desde que o pedido seja formalizado por Isabelly e Klaus.
- b)** Não será possível a alteração do regime de bens do casamento, celebrado na vigência do Código Civil de 1916, quando imperava o princípio da imutabilidade do regime de bens.
- c)** A alteração do regime de bens poderá ser realizada independentemente da situação financeira dos cônjuges e da existência de eventuais dívidas contraídas pelo casal.
- d)** Para a alteração do regime de bens do casal, será necessária, além do consentimento dos cônjuges, a autorização judicial.

QUESTÃO 40

Alessandra foi estudar na faculdade de Coimbra, em Portugal e pega um avião comercial com esse destino. Durante o voo, ocorre uma pane elétrica e o avião cai no meio do oceano. A equipe de busca que foi enviada ao local do acidente encontra alguns destroços, mas não encontra nenhum corpo, apesar de que não há indícios de que houve sobreviventes. Filipe, marido de Alessandra, para receber o seguro de vida de que é beneficiário, deverá solicitar:

- a)** à companhia aérea uma declaração oficial sobre o acidente para apresentar à seguradora e requerer a indenização.
- b)** ao Judiciário a declaração, por sentença, da morte presumida, com a fixação da data provável da morte de Alessandra;
- c)** a decretação de ausência e a nomeação de curador para administrar os interesses da esposa desaparecida;
- d)** que seja declarada a morte presumida de Alessandra, pela equipe de busca, em documento escrito.

QUESTÃO 41

O negócio jurídico nasce para ser perfeito e produzir efeitos jurídicos desejados entre as partes. No entanto, pode ocorrer que, em razão de uma mácula nesse negócio, passe ele a ser considerado viciado, e assim, podendo ser anulado ou declarado nulo, a depender do vício apresentado. Os vícios, também conhecidos como defeitos do negócio jurídico, podem ser classificados em vícios do consentimento ou vícios sociais. Em relação aos defeitos dos negócios jurídicos tem-se que:

- a)** os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.
- b)** são nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- c)** o dolo acidental anula o negócio jurídico ou, alternativamente, obriga à satisfação de perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d)** ocorre o estado de perigo quando alguém, sob premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

QUESTÃO 42

A Lei nº 8.069/90 positivou uma série de direitos fundamentais à criança e ao adolescente, dentre os quais o de que a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante. Para os fins desta Lei, considera-se tratamento cruel ou degradante a conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente. Abaixo estão listadas algumas ações que caracterizam essa conduta ou forma cruel de tratamento, a exceção de uma, assinale-a.

- a) Humilhação.
- b) Sofrimento físico.
- c) Ameaça grave.
- d) Ridicularização.

QUESTÃO 43

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos. Assim, em sendo constatado que uma entidade não-governamental que desenvolve programas de internação não está oferecendo vestuário e alimentação suficientes e adequados à faixa etária dos adolescentes atendidos, poderá ser aplicada à referida entidade, entre outras, a seguinte medida:

- a) afastamento definitivo de seus dirigentes.
- b) fechamento da unidade.
- c) afastamento provisório de seus dirigentes.
- d) suspensão parcial do repasse de verbas públicas.

QUESTÃO 44

Elegância&Conforto, uma grife de moda brasileira de alta costura, enviou a consumidora Camila, sem a prévia solicitação desta, várias peças de roupas, sapatos e acessórios da última coleção, tudo no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Em sua residência, Camila recebe as peças, assina o recibo de entrega e passa a fazer uso de toda a coleção. Diante da situação descrita, tendo em vista as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- a) Elegância&Conforto tem o direito de cobrar de Camila, pois a mesma assinou o recibo de entrega das peças e fez uso de toda a coleção, não podendo a consumidora, neste caso, invocar as regras do CDC, sob pena de violar o princípio da boa-fé objetiva, que também deverá ser cumprido pelo vulnerável, por nortear toda a relação de consumo.
- b) Elegância&Conforto nada pode cobrar da consumidora Camila, tendo em vista que, no caso, todas as peças remetidas equiparam-se a amostras grátis.
- c) Elegância&Conforto, após decorrido o prazo de 7 (sete) dias do ato de recebimento das peças, sem manifestação de Camila, pode desta cobrar o valor de toda coleção.
- d) Elegância&Conforto, após decorrido o prazo de 15 (quinze dias) dias do ato de recebimento das peças, sem manifestação de Camila, pode desta cobrar o valor de toda coleção.

QUESTÃO 45

Aproveitando as promoções que o dia da Black Friday oferece, Levi comprou, através do site de uma loja varejista, uma Smart TV de 55 Polegadas para a sua casa. No dia em que recebeu o produto, Levi, que reside na capital paulista, viajou a trabalho para a região nordeste do país, da qual retornou cinco meses depois. Ao chegar em casa, Levi abre a caixa em que estava embalado o produto e percebe imediatamente que a tela encontra-se com um enorme riscão, o que, certamente, dificultaria a visualização das imagens na TV. No mesmo instante, Levi entra em contato, por telefone, com a loja vendedora do produto e a sua fabricante fazendo uma série de reclamações e exigindo a substituição da TV ou, em segundo caso, o conserto gratuito da tela danificada. Sobre a hipótese descrita, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta.

- a) É dever tanto da vendedora quanto da fabricante substituir o produto sem custo para o consumidor.
- b) É dever apenas da vendedora substituir o produto sem custo para o consumidor.
- c) É dever apenas da fabricante substituir o produto sem custo para o consumidor.
- d) Nem a vendedora nem a fabricante têm o dever de substituir o produto ou de reparar gratuitamente a tela danificada, tendo em vista a consumação do prazo decadencial.

QUESTÃO 46

Joana vendeu alguns produtos de beleza a Inácia e, como a compradora não dispunha da quantia devida no momento da formalização da avença, firmou nota promissória em benefício de Joana. Ela, posteriormente, endossou o título em preto para Erika, que utilizou o título para pagar uma dívida a Deborah. Para aceitar o pagamento, Deborah exigiu que Andrea figurasse como avalista de Erika. Por fim, Deborah endossou o título para Telmo, que era o portador da nota promissória na data de vencimento. Diante do caso hipotético apresentado, marque a alternativa correta.

- a) Telmo pode realizar a cobrança de qualquer dos coobrigados cambiários, devendo, no entanto, respeitar o benefício de ordem da avalista.
- b) Andrea, se eventualmente cobrada por Telmo, poderá se valer das exceções que contra ele possui sua avalizada.
- c) Caso Telmo realize a cobrança de Andrea, esta terá direito de regresso em face de Erika, Joana e Inácia.
- d) Apenas após realizar o devido protesto, poderá Telmo se valer de ação cambiária em face de Inácia.

QUESTÃO 47

Clodoaldo pescava num rio quando, ao observar as belas paisagens do lugar, teve a ideia de constituir uma empresa, sob a forma de sociedade limitada, para explorar o turismo na região. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta sobre essa sociedade:

- a) Por falta grave no cumprimento de suas obrigações, pode o sócio ser excluído judicialmente mediante iniciativa de titulares de, no mínimo, 75% do capital social.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.
- d) É possível que as quotas possuam valores desiguais.

QUESTÃO 48

Tiago é advogado e pretende organizar, com sua equipe, a criação de uma sociedade anônima. No entanto, ele possui muitas dúvidas e procura você para saná-las. Diante do exposto, assinale a alternativa correta sobre este tipo societário:

- a) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) Em qualquer circunstância, os administradores respondem perante a companhia pelas perdas decorrentes de operações realizadas entre sociedades coligadas.
- c) O exercício do direito a voto na companhia pode ser regulado em acordo de acionistas.
- d) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as companhias.

QUESTÃO 49

O contrato de franquia estrutura um modelo de negócio acentuado pela licença de uso de marca ou patente com transmissão de métodos e tecnologia necessários para a organização da atividade empresária a ser explorado pelo interessado. Sobre o regime de franquia empresarial, é correto afirmar que:

- a)** em caso de sublocação pelo franqueador ao franqueado do ponto comercial onde se acha instalada a franquia, o valor do aluguel pago pelo franqueado não pode ser, em nenhuma hipótese, superior àquele pago pelo franqueador pela locação original do imóvel.
- b)** caso o franqueado não receba a Circular de Oferta de Franquia no prazo legalmente estabelecido, poderá exigir devolução de todas e quaisquer quantias pagas ao franqueador a título de filiação, mas não de royalties.
- c)** o foro competente para a solução de controvérsias relativas aos contratos de franquia é obrigatoriamente aquele da sede do franqueador.
- d)** pode ser adotado por empresa privada, empresa estatal ou entidade sem fins lucrativos.

QUESTÃO 50

O saber sempre ocupou lugar de destaque na história da humanidade, sendo responsável pelo desenvolvimento da sociedade, mas também por grandes conflitos, como as duas Guerras Mundiais. Frisa-se que somente após a Revolução Industrial, em que houve mudanças nas relações econômicas provocadas pela passagem do sistema artesanal para a indústria, é que a humanidade se atentou para implacável realidade de que a criação era o grande instrumento de poder e riqueza. Assim, com a intensificação da competitividade empresarial, surgiu a preocupação com a proteção da criação humana na área industrial e econômica. Sobre a legislação brasileira de propriedade industrial, é correto afirmar que:

- a)** microorganismos transgênicos não são patenteáveis ainda que preencham os requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.
- b)** a patente de invenção e a de modelo de utilidade têm prazos de 15 e 20 anos, respectivamente, prorrogáveis por igual período.
- c)** constituem violação do direito do titular da patente quaisquer atos a ela relativos praticados por terceiros não autorizados.
- d)** a licença compulsória de patente por interesse público não afasta a remuneração ao seu titular.

QUESTÃO 51

Uma sentença arbitral foi prolatada contra o requerido, por unanimidade dos 3 árbitros. Em ato contínuo, Lucas, requerido, toma conhecimento de um fato que configura a suspeição de um dos árbitros. Diante do caso hipotético apresentado, responda a alternativa correta.

- a)** não é cabível impugnação, na medida em que, ainda que um árbitro seja suspeito, os demais teriam decidido no mesmo sentido, mantendo incólume o resultado.
- b)** não é cabível impugnação, na medida em que as decisões arbitrais não estão sujeitas a qualquer espécie de controle.
- c)** é cabível a propositura de ação anulatória, a ser interposta perante a jurisdição estatal.
- d)** é cabível ação rescisória, a ser interposta perante o próprio Tribunal Arbitral.

QUESTÃO 52

Durante uma discursão, Fernando foi agredido por João. A agressão lhe causou lesões graves, impediu que ele exercesse sua atividade laboral por 1 ano e permaneceu internado 1 semana em hospital particular. Mesmo após a recuperação, Fernando ainda não consegue trabalhar com a eficiência de antes, o que reduziu sua renda mensal. Além disso, necessita de medicação de forma habitual, o que aumentou muito seus gastos.

Fernando precisa quitar a dívida referente à internação, uma vez que não possui plano de saúde, mas já gastou todas as suas economias. Desesperado, Fernando procura você, como advogado(a), que o orienta a pleitear judicialmente reparação por danos materiais (valor da dívida com o hospital e os recursos necessários ao tratamento e à compra da medicação habitual) e morais em face de João.

Deduzidas as pretensões em Juízo, após o transcurso regular do feito, o pedido relacionado aos danos morais é julgado procedente, fixando-se a título de compensação o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Já o pedido referente aos danos materiais é julgado procedente, mas sem a fixação de valor reparatório (quantia ilíquida), ressaltando o magistrado, na sentença, que o montante devido seria objeto de futura liquidação. Nenhuma das partes recorreu, tendo a sentença transitado em julgado.

Premido pela necessidade imediata, Fernando lhe pergunta se poderia desde logo iniciar a execução do julgado em relação à quantia já fixada (danos morais). Diante do caso hipotético apresentado, no que se refere à liquidação, é correto afirmar que:

- a)** sendo a liquidação de sentença uma etapa autônoma e necessária, deveria ser aguardada a definição de todos os valores devidos antes de se iniciar a fase de cumprimento de sentença, que deve ser una.
- b)** quando a apuração do quantum debeatur depender apenas de cálculo aritmético, a fase liquidatória terá o procedimento simplificado.
- c)** é possível iniciar desde logo a execução do julgado (fase de cumprimento de sentença) em relação à quantia líquida (compensação por danos morais).
- d)** se o juiz constatar que a sentença liquidanda violou algum preceito legal, poderá invalidá-la, desde que haja requerimento de qualquer das partes nesse sentido.

QUESTÃO 53

Pedro foi casado durante 30 anos com Rebeka. Como fruto do casamento nasceram Augusto, hoje, com 25 anos, e Kika, com 18 anos. Como o casamento não ia bem, o casal optou pelo divórcio. Pedro veio a falecer e seus únicos herdeiros legais são Augusto e Kika. Os irmãos não querem brigar, estão em consenso e querem realizar o inventário do pai. Diante do caso hipotético apresentado, consoante os ditames do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o procedimento especial de inventário:

- a)** É possível realizar o procedimento em cartório, por escritura pública, a qual constituirá documento hábil para levantamento de importância depositada em instituições financeiras.
- b)** O processo de inventário e de partilha deve ser instaurado dentro de 3 (três) meses, a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes.
- c)** O tabelião somente lavrará a escritura pública se todas as partes forem capazes e concordes, dispensando-se a assistência por advogado.
- d)** Não havendo testamento ou interessado incapaz, proceder-se-á ao inventário judicial.

QUESTÃO 54

David estava caminhando em um parque em uma noite chuvosa, quando Arthur que estava realizando o serviço de jardinagem do local perdeu o controle do cortador de grama e acabou por decepar parte do pé de David. David foi socorrido por Marinaldo e Aldecine, ambos com cerca de 80 anos, únicas testemunhas do ocorrido, que o levaram ao hospital. Em razão da exposição ao Covid-19, Marinaldo e Aldecine contraíram uma forte pneumonia e os médicos consideraram que ambos sofriam grave risco de vida. Após ter recebido alta médica, David procura seu advogado, desejando obter uma indenização pelos danos experimentados. Diante do caso hipotético apresentado, acerca da produção antecipada de provas, assinale a alternativa correta.

- a)** O Código de Processo Civil não admite a produção antecipada de provas enquanto procedimento autônomo, mas apenas como incidental.
- b)** A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- c)** A decisão que defere o pedido de produção antecipada de prova é impugnável por meio de recurso.
- d)** A produção antecipada de prova é admissível, dentre outras hipóteses, quando houver fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação.

QUESTÃO 55

Miguel, menor com 14 anos, representado por sua mãe, ingressa com ação de alimentos em face do pai, Anderson. A inicial foi omissa a respeito da fixação de alimentos provisórios. Diante do caso hipotético apresentado, o juiz deve:

- a)** determinar o encaminhamento dos autos ao Ministério Público para que o mesmo, na condição de legitimado extraordinário, emende a inicial.
- b)** determinar a emenda da inicial, para que o autor esclareça se pretende ou não a fixação de alimentos provisórios.
- c)** fixar os alimentos provisórios, de ofício, independentemente de requerimento.
- d)** não fixar os alimentos provisórios e determinar a citação do réu.

QUESTÃO 56

Klaus é casado com Isabelly sob regime de comunhão parcial de bens. Em virtude de desavenças no relacionamento, o casal acabou se distanciando. Com o iminente fim da relação conjugal, Isabelly descobriu que Klaus estava prestes a realizar a doação de um automóvel adquirido onerosamente por ambos na constância do casamento. Tendo justo motivo para discordar da doação, Isabelly procurou você, seu advogado(a) e ingressou com pedido de tutela cautelar antecedente, com o objetivo de evitar a realização do negócio. A tutela cautelar foi concedida em 12/04/2021, porém, em razão da desídia da autora, não foi efetivada. Nos mesmos autos, foi formulado o pedido principal em 19/06/2021, requerendo que fosse declarada a impossibilidade da doação. Diante do caso hipotético apresentado, sobre o tema da tutela de urgência, aponte a assertiva CORRETA:

- a)** A tutela cautelar concedida perderá a eficácia, eis que não foi efetivada no prazo de 30 (trinta) dias por desídia da autora.
- b)** Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- c)** Se por motivo de caso fortuito ou força maior cessar a eficácia da tutela cautelar, a parte poderá renovar o pedido com base nos mesmos fundamentos, desde que o faça no prazo de 15 (quinze) dias.
- d)** O indeferimento da tutela cautelar obsta a que a parte formule o pedido principal, salvo se o motivo do indeferimento for o reconhecimento de decadência ou de prescrição.

QUESTÃO 57

Joana e João se casaram na cidade de Tabatinga (AM) e foram casados durante 5 anos. Desde o início do casamento, João sempre apresentou comportamento explosivo, e, por diversas ocasiões, agrediu sua esposa de forma verbal e física. Joana, em determinado dia, arma-se de coragem, vai à delegacia e denuncia João por violência doméstica. Em seguida, com medo do ex-marido, Joana deixa seu apartamento no Rio de Janeiro e se muda para o interior do estado, para a cidade de Cabo Frio, enquanto João voltou para a sua cidade natal, Eurunepé (AM). Diante do caso hipotético apresentado, acerca da competência prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a)** A ação de divórcio deverá ser ajuizada na cidade de Cabo Frio.
- b)** A ação de divórcio deverá ser ajuizada na cidade do Rio de Janeiro.
- c)** A ação de divórcio deverá ser ajuizada na cidade de Tabatinga.
- d)** A ação de divórcio deverá ser ajuizada na cidade de Eurunepé.

QUESTÃO 58

Telmo e Pedro eram amigos, no entanto, durante uma pelada (partida de futebol), Pedro deu em cima da esposa de Telmo, de nome Olívia. Inconformado, Telmo decide matar Pedro, sem o conhecimento de Olívia. Ele procura Francisco, seu colega de profissão, para comprar uma arma de excelente precisão e, assim, não ter erro na execução. Telmo, então, liga para Pedro, sob a justificativa de que gostaria de fazer as pazes com o ex-amigo e combina de se encontrarem na quadra da escola onde eles estudaram quando criança. Ao chegar no local, Pedro é surpreendido com Telmo apontando uma arma para ele. Sem falar nada, Telmo dispara a arma contra o peito de Pedro e foge em seguida. Lucas, que passava pelo local, escuta o disparo e vai ver o que estava acontecendo. Ele encontra Pedro, caído ao chão, coberto de sangue, ainda vivo, pedindo socorro. A testemunha imediatamente liga para o SAMU, que chega rapidamente ao local. Quando Pedro estava na ambulância, relatando todo o ocorrido, o motorista perde o controle e a ambulância capota, causando a morte de Pedro por traumatismo craniano. Diante do caso hipotético apresentado, Telmo responderá?

- a)** Telmo não responderá por crime algum, pois ocorreu uma concausa absolutamente independente.
- b)** Telmo responderá por tentativa de homicídio, pois ocorreu uma concausa absolutamente independente.
- c)** Telmo responderá por tentativa de homicídio, pois ocorreu uma concausa relativamente independente.
- d)** Telmo responderá por homicídio consumado.

QUESTÃO 59

João praticou conjunção carnal contra a vontade de Filipa, sob o emprego de grave ameaça. Como consequência, ele foi denunciado pelo suposto crime de estupro qualificado em razão da idade da vítima, tendo Filipa 16 anos de idade. No decorrer da instrução, Filipa mudou o depoimento que foi dado em sede policial, informando que consentiu com o ato sexual, o que foi confirmado por João, durante o seu interrogatório. Diante do caso hipotético apresentado, você, como advogado(a) de João, deverá apresentar, em suas alegações finais, o pedido de absolvição, sob o argumento de que o consentimento da suposta vítima funciona como:

- a)** Fundamento para a atipicidade da conduta.
- b)** Causa supralegal de exclusão da culpabilidade.
- c)** Causa supralegal de exclusão da ilicitude.
- d)** Causa legal de exclusão da ilicitude.

QUESTÃO 60

Roberta realiza seu grande sonho e dá à luz a sua primeira filha, Liz. No entanto, sob a influência do estado puerperal, ela comparece ao berçário com o objetivo de matar Liz. Acreditando que se tratava da sua filha, ela asfixia Pietra, filha do casal Ricardo e Beatriz. Roberta é denunciada pelo crime de homicídio qualificado com a majorante em razão da idade da vítima. Diante do caso hipotético apresentado, você, como advogado(a) de Roberta, deverá apresentar, em suas alegações finais, na primeira fase do procedimento do Júri, o requerimento de:

- a)** Desclassificação para o crime de infanticídio, pois houve erro sobre a pessoa, podendo ser reconhecida a agravante do crime ter sido praticado contra descendente, já que serão consideradas as características da pessoa que queria atingir.
- b)** Desclassificação para o crime de infanticídio, pois houve erro na execução (*aberratio ictus*), podendo ser reconhecida a agravante do crime ter sido praticado contra descendente, já que serão consideradas as características da pessoa que queria atingir.
- c)** Desclassificação para o crime de infanticídio, pois houve erro sobre a pessoa, não podendo ser reconhecida a agravante pelo fato de quem se pretendia atingir ser descendente da agente.
- d)** Desclassificação para o crime de infanticídio, pois houve erro na execução (*aberratio ictus*), não podendo ser reconhecida a agravante do crime ter sido praticado contra descendente, já que serão consideradas as características da pessoa que foi atingida.

QUESTÃO 61

Rafael foi condenado, pelo crime de roubo, a 8 anos de reclusão, tendo a sentença transitada em julgado em 13/12/2021. A sua ficha criminal aponta que ele é reincidente e o crime anterior foi furto simples. A mãe de Rafael procura você, na qualidade de advogado(a), para saber quando ele fará jus a algum benefício. Diante do caso hipotético apresentado e com base no pacote anticrime, assinale a alternativa correta.

- a)** Rafael poderá obter o livramento condicional quando cumprir 1/3 da pena, e durante esse tempo, não praticar nenhuma falta grave, pois a falta grave interrompe o prazo da concessão do benefício.
- b)** Rafael poderá obter o livramento condicional quando cumprir mais de 1/2 da pena e não praticar nenhuma falta grave nos últimos 12 meses.
- c)** Rafael não poderá obter o livramento condicional, uma vez que ele é reincidente específico, já que os dois crimes atingem o mesmo bem jurídico.
- d)** Rafael não faz jus ao livramento condicional.

QUESTÃO 62

O Código Penal brasileiro prevê os “Crimes contra a Administração Pública” nos artigos a partir do 312 ao 359-H. Tendo em vista os tipos penais citados nessa lei, assinale a alternativa que indica somente crimes próprios quanto ao sujeito ativo.

- a)** Corrupção ativa, corrupção passiva e tráfico de influência.
- b)** Corrupção ativa, advocacia administrativa e prevaricação.
- c)** Corrupção passiva, prevaricação e tráfico de influência.
- d)** Peculato, corrupção passiva e concussão.

QUESTÃO 63

Moacir e Rogério, vizinhos, divulgaram comunicado no condomínio onde residem, em que narram que a síndica, Telma, apropriou-se de valores em detrimento dos condôminos. Estão sendo processados por Telma, em ação penal privada, pelo crime de calúnia. No curso do processo e antes da sentença de primeiro grau, Moacir e Telma ficam noivos. Diante da notícia desse fato no processo, trazida pelo Ministério Público, o Juiz deve considerar que o perdão do ofendido:

- a) nos crimes em que somente se procede mediante queixa não impede o prosseguimento da ação.
- b) produz a exclusão da culpabilidade, mesmo que o querelado o recuse.
- c) se concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.
- d) não produz efeitos se for tácito.

QUESTÃO 64

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Oscar, imputando-lhe a prática do crime de furto, previsto no art. 155 do Código Penal, cuja pena é de reclusão de um a quatro anos e multa.

Ao receber a denúncia, o magistrado de logo determina a citação do acusado para apresentar resposta à acusação.

Oscar, no entanto, se diz inocente e que está sendo vítima de uma armação, pretendendo provar a sua inocência através de todos os meios de provas possíveis, principalmente por meio de prova testemunhal.

Nesse caso, ao oferecer a peça de defesa, é correto afirmar que Oscar poderá arrolar:

- a) até 2 testemunhas.
- b) até 5 testemunhas.
- c) até 6 testemunhas.
- d) até 8 testemunhas.

QUESTÃO 65

Felipe e José foram condenados, em definitivo, pela prática de crimes. O magistrado, que proferiu as sentenças condenatórias em face dos réus, levou em consideração para a sua decisão, exclusivamente, as informações contidas no inquérito policial. No caso de Felipe, a prova pericial produzida, e no caso de José, os elementos informativos colhidos naquela fase. Nesse caso, levando em consideração a disciplina acerca dos princípios constitucionais do processo penal, é correto afirmar que:

- a) apenas a condenação de Felipe fere os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- b) apenas a condenação de José fere os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- c) tanto a condenação de Felipe quanto a condenação de José ferem os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- d) ambas as condenações são legais, não ferindo, desta forma, os princípios do contraditório e da ampla defesa.

QUESTÃO 66

Caio foi denunciado pela prática do crime de roubo praticado contra Leandro, uma vez que, apesar de a vítima não ter recuperado a res furtiva, com a instauração do inquérito policial, pode-se apurar a autoria e a materialidade do fato.

Nesse caso, considerando que Leandro deseja ingressar com ação civil ex delicto em face de Caio, é correto afirmar que:

- a) a propositura da ação civil não será admissível, pois ninguém pode ser punido duas vezes pela prática do mesmo fato.
- b) a propositura da ação civil dependerá do trânsito em julgado da sentença penal.
- c) a propositura da ação civil estará prejudicada, por haver litispendência.
- d) a propositura da ação civil independe da existência da ação penal.

QUESTÃO 67

João e Miguel estão sendo processados por crimes dolosos contra a vida. Durante o procedimento submetido ao rito do tribunal do júri, restou demonstrada causa de isenção de pena do crime praticado por João. Já no caso de Miguel, o juiz não se convenceu da existência de indícios suficiente de sua participação no fato criminoso.

Quanto aos fatos descritos, é correto afirmar que o juiz deverá:

- a) absolver João e impronunciar Miguel.
- b) absolver Miguel e impronunciar João.
- c) impronunciar João e Miguel.
- d) absolver João e Miguel.

QUESTÃO 68

Verificada a existência de risco atual de violência psicológica contra Aurora, a autoridade policial determinou que o agressor fosse imediatamente afastado do local de convivência com a ofendida. Vale ressaltar que o Município em que ocorreu a infração não é sede de comarca. Diante dessa situação, é correto afirmar que o juiz será comunicado no prazo máximo de:

- a) 24 horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.
- b) 48 horas e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência a Defensoria Pública, ou ao advogado constituído, concomitantemente.
- c) 5 dias e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência ao Ministério Público concomitantemente.
- d) 10 dias e decidirá, em igual prazo, sobre a manutenção ou a revogação da medida aplicada, devendo dar ciência a Defensoria Pública, ou ao advogado constituído, concomitantemente.

QUESTÃO 69

Ana foi denunciada pela prática do crime de apropriação indébita. Contudo, após encerrada a instrução, o membro do Parquet, que tinha ouvido uma testemunha afirmar que, na verdade, Ana teria empregado fraude em momento anterior ao crime, de forma que a posse do bem jamais teria sido de forma lícita, aditou a denúncia e imputou a ré a prática do crime de furto qualificado, sendo requerida a sua condenação pela prática deste crime.

O juiz, no entanto, concluiu que o crime praticado por Ana foi mesmo o de apropriação indébita, conforme descrito anteriormente na denúncia, tendo condenado a ré na imputação originária.

Quanto aos fatos descritos, é correto afirmar que:

- a) o juiz não agiu corretamente, pois o Ministério Público aditou a denúncia, de modo que ocorreu emendatio libelli.
- b) o juiz agiu corretamente, aplicando o instituto da mutatio libelli.
- c) o juiz não agiu corretamente, pois o Ministério Público aditou a denúncia, de modo que ocorreu mutatio libelli.
- d) o juiz agiu corretamente, aplicando o instituto da emendatio libelli.

QUESTÃO 70

Ricarth trabalha em uma empresa cujo regulamento interno prevê que o empregador pagará a conta de telefone celular do empregado, até o limite de R\$ 150,00 mensais. Posteriormente, havendo crise no setor em que a empresa atua, o regulamento interno foi expressamente alterado para constar que, dali em diante, a empresa arcará com a conta dos celulares dos empregados até o limite de R\$ 50,00 mensais. De acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- a) O regulamento interno é ato unilateral de vontade do empregador, que poderá modificá-lo a qualquer momento, daí por que não há direito adquirido e a nova condição alcança Ricarth.
- b) A alteração somente é válida para aqueles que foram admitidos anteriormente à mudança e não prevalece para os que forem contratados após a mudança.
- c) A alteração é válida, mas só alcança aqueles admitidos posteriormente à mudança, não podendo então alcançar a situação de Ricarth.
- d) A alteração feita pela empresa é ilegal, pois, uma vez concedida a benesse, ela não pode ser retirada em momento algum e para nenhum empregado, atual ou futuro.

QUESTÃO 71

Mitze trabalhou na sociedade empresária Norte Minas Ltda., e recebia R\$ 1.500,00 mensais. Além disso, desfrutava de plano de saúde custeado integralmente pela empregadora, no valor de R\$ 500,00. Em sede de ação trabalhista, Mitze pede a integração do valor à sua remuneração. Com base na hipótese apresentada, na qualidade de advogado da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- a)** A contestação deverá aduzir apenas que o plano de saúde não tem caráter de contraprestação, sendo concedido como ferramenta de trabalho, por isso não integra a remuneração.
- b)** A contestação deverá sustentar a inexistência de caráter remuneratório do benefício, o que está expressamente previsto em lei.
- c)** A contestação deverá alegar que as verbas rescisórias foram pagas observando o reflexo do valor do plano de saúde.
- d)** A contestação deverá alegar apenas que a possibilidade de o empregado continuar com o plano de saúde após a ruptura do contrato retira do mesmo o caráter remuneratório.

QUESTÃO 72

Sr. Paulo foi empregado da sociedade empresária Lanchonete do Mariva Ltda., na qual atuou como atendente por um ano e três meses, sendo dispensado sem justa causa em julho de 2021. A sociedade empresária procura você, como advogado (a), para saber o modo de pagamento dos direitos devidos ao Sr. Paulo. De acordo com o que dispõe a CLT, sabendo-se que a norma coletiva nada dispõe a respeito, assinale a afirmativa correta.

- a)** Uma vez que o contrato vigorou por mais de um ano, deve ser feita a homologação perante o sindicato de classe do empregado ou perante o Ministério do Trabalho.
- b)** O pagamento poderá ocorrer na própria empresa, pois não há mais necessidade de homologação da rescisão contratual pelo sindicato profissional ou pelo Ministério do Trabalho.
- c)** Não havendo discórdia sobre o valor devido ao Sr. Paulo, deverá ser apresentada uma homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, com assinatura de advogado comum.
- d)** A sociedade empresária, ao optar por fazer o pagamento em suas próprias instalações, deverá obrigatoriamente depositar o valor na conta do trabalhador para ter a prova futura do adimplemento.

QUESTÃO 73

Hilem trabalha na Metalúrgica Novais como soldador, com a seguinte jornada: de 2ª a 6ª-feira, das 9h às 18h, com quatro intervalos diários de quinze minutos, destinados à alimentação (das 9h45min às 10h, das 11h45min às 12h, das 14h45min às 15h e das 16h30min às 16h45min). Na hipótese em questão, de acordo com o entendimento sumulado do TST, responda a alternativa correta:

- a)** O intervalo intrajornada mínimo de uma hora foi respeitado, daí porque não há horas extras a pagar.
- b)** o empregado terá direito ao pagamento de indenização com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho apenas do período suprimido.
- c)** a possibilidade de fracionamento do intervalo intrajornada em 4 períodos depende de autorização do Ministério do Trabalho e Emprego.
- d)** se o fracionamento ou a supressão do intervalo estivessem previstos em convenção coletiva, a empresa estaria dispensada de pagar a hora extra.

QUESTÃO 74

Em uma grande empresa que atua na prestação de serviços de telemarketing e possui 250 funcionários, trabalham as empregadas listadas a seguir: Valéria, que foi contratada a título de experiência, e, um pouco antes do término do seu contrato, engravidou; Rita, que foi contratada a título temporário, e, pouco antes do termo final de seu contrato, sofreu um acidente do trabalho; Lorela, que foi indicada pelo empregador para compor a CIPA da empresa; Monique, que foi eleita para a comissão de representantes dos empregados, na forma da CLT alterada pela Lei nº 13.467/17 (reforma trabalhista). Diante das normas vigentes e do entendimento consolidado do TST, assinale a opção que indica as empregadas que terão garantia no emprego.

- a)** Rita e Lorela, somente.
- b)** Valéria e Monique, somente.
- c)** Valéria, Rita e Monique, somente.
- d)** Valéria, Rita, Lorela e Monique.

QUESTÃO 75

Em 2018, um sindicato de empregados acertou, em acordo coletivo com uma sociedade empresária, a redução geral dos salários de seus empregados em 15% durante 1 ano. Nesse caso, conforme dispõe a CLT,

- a)** uma contrapartida de qualquer natureza será obrigatória e deverá ser acertada com a sociedade empresária.
- b)** a contrapartida será a garantia no emprego a todos os empregados envolvidos durante a vigência do acordo coletivo.
- c)** a existência de alguma vantagem para os trabalhadores para validar o acordo coletivo será desnecessária.
- d)** a norma em questão será nula, porque a redução geral de salário somente pode ser acertada por convenção coletiva de trabalho.

QUESTÃO 76

A sociedade empresária Lima S.A. teve a falência decretada durante a tramitação de uma reclamação trabalhista, fato devidamente informado ao juízo. Depois de julgado procedente em parte o pedido de diferenças de horas extras e de parcelas rescisórias, nenhuma das partes recorreu da sentença, que transitou em julgado dessa forma. Teve, então, início a execução, com a apresentação dos cálculos pelo autor e posterior homologação pelo juiz. Diante da situação, assinale a afirmativa correta.

- a)** Há equívoco, pois, a partir da decretação da falência, a ação trabalhista passa a ser da competência do juízo falimentar, que deve proferir a sentença.
- b)** O pagamento do valor homologado deverá ser feito no juízo da falência, que é universal.
- c)** A execução será feita diretamente na Justiça do Trabalho, porque o título executivo foi criado pelo Juiz do Trabalho.
- d)** Essa é a única hipótese de competência concorrente, ou seja, poderá ser executado tanto na Justiça do Trabalho quanto na Justiça comum.

QUESTÃO 77

A empresa Novare Ltda. foi condenada em reclamação trabalhista proposta por uma ex-empregada. Inconformada com a sentença, a empresa, ora reclamada, interpôs recurso ordinário, dentro do prazo legal, entretanto, o pagamento das custas e do depósito recursal ocorreu de forma insuficiente, razão pela qual o recurso foi considerado deserto e não foi admitido. Neste caso, assinale a alternativa que corresponde a medida processual que deverá ser adotada pela reclamada.

- a)** Opor Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias.
- b)** Interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 5 dias.
- c)** Interpor Recurso de Revista, no prazo de 10 dias.
- d)** Interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 8 dias.

QUESTÃO 78

A sociedade empresária Felicitar ajuizou ação de consignação em pagamento em face do seu ex-empregado Gilvanildo, com o objetivo de realizar o depósito das verbas resilitórias devidas ao trabalhador e obter quitação judicial da obrigação. No dia designado para a audiência, a empresa não compareceu nem se justificou, estando presente o ex-empregado. Indique, de acordo com a CLT, o instituto jurídico que ocorrerá em relação ao processo.

- a)** Revelia
- b)** Remarcação da audiência
- c)** Arquivamento
- d)** Confissão ficta

QUESTÃO 79

Flaviano ajuizou reclamação trabalhista em desfavor da sociedade empresária Sabonete dos Campos Ltda. Em síntese, ele afirma que cumpria longa jornada de trabalho, mas que não recebia as horas extras integralmente. A defesa nega o fato e advoga que toda a sobrejornada foi escorreamente paga, nada mais sendo devido ao reclamante no particular. Na audiência designada, cada parte conduziu duas testemunhas, que começaram a ser ouvidas pelo juiz, começando pelas do autor. Após o magistrado fazer as perguntas que desejava, abriu oportunidade para que os advogados fizessem indagações, e o patrono do autor passou a fazer suas perguntas diretamente à testemunha, contra o que se opôs o juiz, afirmando que as perguntas deveriam ser feitas a ele, que, em seguida, perguntaria à testemunha. Diante do incidente instalado e de acordo com o regramento da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a)** Correto o advogado, pois, de acordo com o CPC, o advogado fará perguntas diretamente à testemunha.
- b)** A CLT não tem dispositivo próprio, daí porque poderia ser admitido tanto o sistema direto quanto o indireto.
- c)** A CLT determina que o sistema seja híbrido, intercalando perguntas feitas diretamente pelo advogado, com indagações realizadas pelo juiz.
- d)** Correto o magistrado, pois a CLT determina que o sistema seja indireto ou presidencial.

QUESTÃO 80

Lizandro, residente em Caldas Novas/GO, celebrou na cidade de Itumbiara/GO um contrato de trabalho com a empresa Lua Nova Ltda., com sede no município de São Luiz dos Montes Belos/GO, para trabalhar na cidade de Porangatu/GO. Diante do possível conflito de interesses exurgidos da relação de emprego, assinale a alternativa que corresponda a comarca competente para processar e julgar eventual reclamação trabalhista.

- a)** O juízo da Vara do Trabalho da cidade de Porangatu, local da prestação de serviço, será competente para processar e julgar a reclamação trabalhista decorrente da relação empregatícia.
- b)** A Vara do Trabalho da cidade de Itumbiara, local da celebração do contrato de trabalho, terá a competência territorial para processar e julgar qualquer reclamação trabalhista decorrente da relação empregatícia.
- c)** O empregado poderá optar entre a Vara do Trabalho do seu domicílio ou a Vara do Trabalho da sede da empresa, para ajuizar reclamação trabalhista decorrente da relação empregatícia.
- d)** O juízo da Vara do Trabalho da cidade de São Luiz dos Montes Belos, local onde a empresa está estabelecida, será competente para processar e julgar a reclamação trabalhista decorrente da relação empregatícia.